

Da face alienante/alienada da realidade ...

3

Um olhar sobre o sujeito do/ no espaço urbano no seio da sociedade capitalista: a cidade do Rio de Janeiro como exemplo

Em poucas palavras, o espaço é imprescindível para o capitalismo, uma vez que se torna, ao longo da história e cada vez mais, um elemento central para o seu processo contraditório de ampliação e de expansão (social e geográfica). Por ser uma necessidade condicional à acumulação, o espaço vislumbra-se então como um meio ao desenvolvimento perpétuo e um produto intencional, material e imaterial, do poder do capital. Mediante essa importância existencial, enquanto produto, condição e meio, que o capitalismo, além de criar o seu próprio espaço, o organiza e o produz segundo a sua ordem totalitária, concebida de maneira essencialmente contraditória. Atualmente, o espaço urbano da cidade representa de modo mais nítido e notório a imposição dessa ordem deletéria, ao despedaçá-lo no cotidiano e pulverizá-lo pelo mundo enquanto mercadoria ao mesmo tempo em que o reúne sob as amarras do poder político, econômico e simbólico, nos dizeres de filósofo Henri Lefebvre. A homogeneização, a fragmentação, a hierarquização e o processo de segregação decorrente são faces da multidimensionalidade e da multiescalaridade do poder do capitalismo no espaço. O espaço é assim concebido, por ser o resultado de uma miríade de intencionalidades que reforçam ou contestam o que é hegemônico. O espaço concebido assim, viabiliza a alienação física, mental e social do sujeito em sociedade por ser, perante as condições supracitadas, um instrumento alienado constituído por formas e conteúdos alienantes. A amplitude do capitalismo gera uma enormidade de implicações sociais, no entanto é sob a relação entre o sujeito e o espaço que a análise imerge, cujos momentos de emersão empírica ocorrem a partir da realidade urbana da cidade do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a discussão acerca do sujeito e do espaço, ou melhor, das implicações do espaço no processo de concretização o sujeito enquanto um ser social e total, perpassa inexoravelmente, no período histórico-geográfico atual, pela ênfase no capitalismo no que tange a forma pela qual tanto o sujeito quanto o espaço participam como peças chaves do processo de reprodução do capital, justamente por serem condicionados e condicionar em certa medida tal processo

de modo peremptório. E dessa maneira, descobrir como esse fato(r) dinâmico determinante influencia na concretização do sujeito total no espaço.

3.1

A acumulação e a (re) produção capitalista: o espaço em questão

Primeiro, um importante e sintético esclarecimento. Ao nos referimos ao capitalismo durante todo o trabalho, partimos do seguinte pressuposto: o capital, base no qual o capitalismo se fundamenta, antes de ser um ente filosófico, uma “coisa” transtemporal ou um conjunto de objetos produzidos e reunidos no espaço geográfico durante um tempo histórico, se trata, na verdade, de determinados processos e interações sociais abstrato-concretos no espaço e no tempo, cuja abrangência de ações, objetos e representações (alienantes e alienadas) permeia ubíqua e hegemonicamente a sociedade contemporânea por meio de sua reprodução material e imaterial.

Tendo em vista essa premissa e realidade, constata-se que o movimento complexo da sociedade no espaço-tempo foi/é apropriado e dominado pelo capital no decorrer dos últimos séculos, em que ao ser “orientado para a expansão e movido pela acumulação” (MÉSZÁROS, 2002, p. 100), igualiza e desigualiza o espaço segundo a sua lógica. Em outras palavras, significa dizer que a dinâmica intrínseca à reprodução da vida em sociedade é subjugada, de certa forma, a reprodução de determinadas relações sociais relacionadas à existência e ao desenvolvimento do sistema capitalista. É importante frisar que a dinâmica referente ao movimento da vida social e natural não desaparece, pelo contrário; contudo, ela passa a se realizar em tensão contraditória com o poder de/da reprodução do capital. Inclusive, é através dela que este último se produz e se reproduz, pois como argumenta Harvey (1982, p. 415-416 apud BESSA, 2004, p. 117)

o capitalismo não se desenvolveu sobre uma planície plana dotada de matérias-primas ubíquas, com oferta homogênea de trabalho e com iguais facilidades de transportes em todas as direções, ao contrário, o capitalismo ... está inserido, cresce e se difunde no interior de um variado ambiente geográfico que engendra uma grande diversidade na generosidade da natureza e na produtividade do trabalho.

Por ser uma lógica predominante baseada na desigualdade e por englobar e influenciar praticamente de forma ubíqua o mundo, o modo de produção capitalista tende a produzir e condicionar o processo de produção do espaço por

meio das ações de sujeitos, grupos e classes sociais em cada sociedade. Isto é, “o espaço capitalista tenta imobilizar o espaço. O capitalismo se apropria do espaço existente e tende a criar seu próprio espaço” (OSEKI, 1996, p. 114).

Assim, a dimensão espacial é ressaltada na medida em que é uma dimensão, conjugada a várias outras, sobre a qual o capital se expande a fim de prolongar o surgimento de crises e de contornar provisoriamente suas próprias contradições internas. Nas palavras de Marx e Engels (1958, p. 50 apud HARVEY, 2004, p. 39) isso pressupõe “de um lado, pondo em prática a destruição de uma massa de forças produtivas; do outro, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais ampla dos antigos. Ou seja, criando as condições para crises mais amplas e destrutivas, e reduzindo os recursos de prevenção das crises”.

Para a concretização de tal processo, segundo Harvey (2004, p. 40-80-81),

a burguesia tanto cria como destrói os fundamentos geográficos – ecológicos, espaciais e culturais – de suas próprias atividades, construindo um mundo à sua própria imagem e semelhança (...) Constrói uma paisagem geográfica distintiva, um espaço produzido de transporte e comunicações, de infra-estruturas e de organizações territoriais que facilita a acumulação do capital numa dada fase de sua história, apenas para ter de ser desconstruído e reconfigurado a fim de abrir caminho para uma maior acumulação num estágio ulterior.

Um exemplo prático e elucidativo do movimento conflituoso e contraditório de criação e destruição no/do espaço do/no capital é dado por Harvey (apud SOJA, 1983, p. 22) quando argui que “o capital produz espaço (constrói a cidade, por exemplo), mas fica depois de alguma forma preso a ele, sendo necessária sua permanente reestruturação a fim de serem ultrapassadas as contradições e os conflitos que engendra”. É assim que a cidade, uma formação social pré-capitalista, é, sob a égide do capitalismo, apoderada e modificada segundo as suas exigências econômicas, políticas e 'culturais' (LEFEBVRE, 2008, p. 154).

Em suma, Harvey (1982 apud 2004, p. 40) chega a afirmar que “a acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica”, envolvendo a expansão geográfica, a organização espacial e o desenvolvimento geográfico desigual, sem os quais, além de suas respectivas possibilidades inerentes, “o capital há muito teria cessado de funcionar como sistema

econômico-político”. À essa perspectiva de realização denomina de “ajustes espaciais”.

No intento de elucidar seu ‘funcionamento’ geográfico, e encontrar seus limites, uma questão se destaca: por mais hegemônica que seja a lógica capitalista, por mais que haja uma personificação dominante (rica, branca, ocidental e etnocêntrica, machista, judaico-cristã), por mais homogeneizante e desigualizante que seja, invariavelmente, o capitalismo necessita se adaptar às condições internas de cada lugar no espaço e no tempo para se realizar. Ou seja, mais precisamente, em cada lugar será diferente e desigual a reprodução da lógica capitalista na medida em que depende da convergência entre o externo (sobretudo interesses econômicos-políticos) e o interno (condições sociais, econômicas, políticas, simbólicas propícias e vantajosas). Harvey (2007) elucida a questão ao ponderar que

a atividade capitalista está sempre fundada em algum lugar. Diversos processos materiais (físicos, ecológicos, como também sociais) devem ser apropriados, usados, para os propósitos, caminhos e comércio da acumulação de capital. Reciprocamente, a acumulação de capital tem que adaptar-se e em alguns momentos transformar-se pelas condições materiais que encontra (p. 23).

É dessa forma que o capitalismo se fortalece ao se espacializar desigualmente, no que tange a produção e a reprodução das relações sociais capitalistas, isto é, “as relações de exploração e de dominação” (LEFEBVRE, 2008, p. 156) e, contraditoriamente, cria as condições para a sua própria corrosão, pois ao expandir-se no/ através (do) espaço leva consigo as contradições estruturais internas, e potencialmente aprofundando-as; assumindo, assim, um caráter destrutivo e auto-destrutivo no interior das sociedades capitalistas. Como tal processo acontece através (e na) sociedade, ela própria é posta em risco sob a lógica capitalista ao ter ameaçada a existência das condições socioecológicas necessárias à Humanidade e, no limite, ao planeta. A concordância não poderia ser maior com Santos (2006, p. 310), quando escreve que “a racionalidade dominante e cega acaba por produzir os seus próprios limites”.

No tocante a isso, a descaracterização das condições socioecológicas da vida cotidiana no espaço é inevitável, repercutindo no próprio *ser* humano e no *modo* de ser humano, ou seja, implica na tendência à desintegração destrutiva e autodestrutiva das interações corpóreas, subjetivas e práticas dos (e entre os)

sujeitos e, diretamente ligado a isso, na dilapidação do ambiente em que vive. As consequências da assunção de princípios fundados na racionalidade econômica e no direito privado não poderiam ser mais desastrosas:

gerou uma corrida desenfreada das forças produtivas, ignorando as condições ecológicas de sustentabilidade da vida no planeta. Suas consequências foram não só a devastação da natureza – do sistema ecológico que é o suporte físico e vital de todo sistema produtivo –, mas também a transformação e destruição de valores humanos, culturais e sociais (LEFF, 2004, p. 83-84).

Nesses termos, as contradições inerentes à lógica capitalista são engendradas na sociedade e no espaço, sobretudo, mediante a ideologia disseminada de um tipo de desenvolvimento de matriz ocidental, principalmente nos dias de hoje, tempos de globalização, em que as interações entre o global e o local são cada vez mais amplificadas e intensificadas pela “compressão tempo-espacial” (HARVEY, 1993).

Especificamente, o termo desenvolvimento começa a ser utilizado após a Segunda Guerra Mundial, e tem se mostrado mais forte ideologicamente que os conceitos gêmeos que lhe precederam: modernização e progresso. Logo, desenvolvimento encontra-se culturalmente enraizada nas preocupações éticas, políticas e filosóficas do Mundo Ocidental, estando diretamente relacionada a um projeto mais amplo que é o de modernidade (RUA, 2007). Ao ser (im) posto como única alternativa viável e possível, acaba gerando permanentes conflitos: o fato de ser hegemônico não significa ser único; a contradição é então retroalimentada. Em suma, trata-se de um modelo de desenvolvimento que “sintetiza um projeto societário ocidental que o coloca como paradigma a ser seguido por outros modelos de sociedade” (ALMEIDA, 2007, p. 13), cujas bases residem na “evolução das técnicas e em uma concepção dicotômica entre Homem/natureza”. Sobre esta concepção de desenvolvimento que se fundamenta na “ocidentalização do mundo”, Rua (2007, p. 151) argumenta que o capitalismo vai se expandindo ao mesmo tempo que expande a

matriz racional, (...) verdadeira síntese cultural, técnica, política e social da sociedade dos países dominantes, imposta aos países dominados. Tal expansão se dá com intenção de integrar cada vez mais espaços e pessoas como produtores e consumidores, numa espécie de espiral capitalista que difunde espacialmente o modo de agir, pensar e produzir que algumas regiões do Ocidente já haviam desenvolvido. Esse projeto societário levou a todas as partes do mundo (embora com intensidade

diferenciada), não apenas a lógica industrial-produtivista, utilitarista e consumista do capitalismo mas a concepção dicotômica da relação homem/natureza, desenvolvida na modernidade ocidental.

Portanto, este modelo de desenvolvimento presente em todas as partes, “embora com intensidade diferenciada”, ou seja, geograficamente desigual, constitui-se como um “projeto de desenvolvimento heterônomo ditado pelos países capitalistas hegemônicos” no qual o próprio “homem assume o papel de produtor e transformador e a natureza para ser algo a ser conquistado, tomado e domado”, isto é, um recurso (ALMEIDA, 2007, p. 14). Inclusive, Porto-Gonçalves (2006) denota esse desenvolvimento como “nome-síntese da ideia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de *constructos* humanos, como a cidade, como a indústria” (p. 62).

Em meio a esse modelo de desenvolvimento de matriz ocidental consubstanciado pela lógica capitalista de reprodução, com tantas consequências (im) previsíveis e potencialmente danosas em decorrência da interação socioecológica de nossas ações individuais e coletivas (“sem disso ter necessariamente consciência”), nos parece instigante toda a simplicidade e profundidade contida na frase: “cuidar do ambiente é cuidar de nós mesmos” (HARVEY, 2004, p. 294). Analogicamente, mantendo o mesmo sentido, apreendemos toda a importância de tentar compreender a sociedade e o espaço sob tal envoltório, a fim de desvelar a lógica pela qual a reprodução capitalista acontece; posto que a busca empreendida representa também, de alguma maneira, a tentativa de nos compreender.

3.2

A reprodução capitalista do espaço: em torno da fragmentação, homogeneização e hierarquização

Para tanto, sob os moldes da sociedade capitalista o espaço é “simultaneamente global e pulverizado” (LEFEBVRE, 2008, p. 57) na medida em que é homogeneizado, fragmentado e hierarquizado em escala planetária, a ponto de descortinar objetiva e subjetivamente, através da seletividade e segregação espacial, uma lógica pretensamente racional mas que a tudo tende a mercadificar.

Essas três facetas aludidas são desdobramentos práticos e teóricos da lógica capitalista de igualização e desigualização na qual a perspectiva

mercadológica é dominante. A dinâmica consiste em levar à equivalência de mercadoria o espaço e tudo que está contido e é mediado por ele, ou seja, toda a sociedade, com o fito de mercantilizá-lo de acordo com que cada lugar tem a oferecer momentaneamente em termos de condições vantajosas (seja através da sua valorização ou da sua desvalorização) para a realização da acumulação de capital.

No entanto, cabe sempre lembrar que o espaço, “não tem a troca e o consumo como única finalidade e sentido, como se dá com outras mercadorias” (OSEKI, 1996, p. 111). Por isso mesmo, tal processo que igualiza e desigualiza o espaço – num espaço mercadoria – e que alicerça a reprodução do capital, perfaz-se enquanto uma concepção reducionista diante da riqueza da realidade social (re) produzida no espaço. Uma concepção que por mais abstrata que seja, se sustenta no concreto, nas práticas relacionadas ao valor de uso, às diferenças e particularidades da reprodução da vida. Tanto é que, vista de maneira crítica, “essa forma abstrata é a chave do concreto, da prática” (LEFEBVRE, 2008, p. 86). Assim, para melhor compreender nossa realidade urbana é necessário entender “essa forma abstrata” dominante engendrada nela histórica e geograficamente.

No que tange às relações de dominação são provenientes da classe capitalista e do Estado, cuja exacerbação do valor de troca em relação ao valor de uso nos remete ao espaço abstrato. Entretanto, a tensão entre o valor de troca e o valor de uso produz também o espaço social de usos, o qual se refere aos espaços dos valores de uso produzidos pela complexa interação de todas as classes no cotidiano (FERREIRA, 2007). Por conseguinte, a tensão entre o espaço social e o espaço abstrato tem produzido exatamente efeitos de homogeneização, de hierarquização e de fragmentação. Baseado nesse processo acontece a seletividade e segregação espacial no âmbito da acumulação capitalista, produzindo e reproduzindo o espaço em sociedade bem como as dimensões do ser mediante as tensões aludidas, embora sob clara determinação da abstração-concreta da troca.

Nesse contexto, a homogeneização, a hierarquização e a fragmentação são para Ferreira (2007) “a exteriorização das práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e com o Estado”, ou seja, o espaço abstrato. A característica homogênea do espaço capitalista-estatista diz respeito a “ser o

mesmo, se repetir” (OSEKI, 1996, p. 115), adquire um padrão concebido que é reproduzido, repetido em/por todos os espaços. Ligado

umbilicalmente ao processo de reprodução geral das relações de produção da sociedade, agora sob o comando do Estado no nível mundial, (...) o espaço torna-se homogêneo pelo emprego da técnica e pelas potencialidades econômicas. As relações de dominação e estratégias definidas no plano do Estado equalizam, identificam, destruindo particularidades e diferenças. Além do que, o espaço é homogêneo porque aí tudo é equivalente e intercambiável (CARLOS, 1996, p. 130).

A destruição das “particularidades e diferenças” pode ser vinculada com o quase desaparecimento do uso e do valor de uso, persistindo praticamente como exigência ao consumo de mercadorias, assim, desaparecendo quase inteiramente o lado qualitativo do uso (LEFEBVRE, 2008, p. 83). “Com tal generalização da troca”, baseado no que é equivalente e intercambiável, “o solo tornou-se mercadoria; o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra” (Op. Cit.).

A fragmentação entra em cena na medida em que o espaço é geometrizado e quantificado, “vendido e consumido em pedaços, em lotes, de maneira a permitir a obtenção de rendas pelos proprietários da terra” (OSEKI, 1996, p. 116). Dessa maneira, diz respeito “às formas de apropriação apoiadas na propriedade privada que tornam o espaço parcelar, liberado para troca e venda, que fazem dele uma mercadoria” (CARLOS, 1996, p. 130). Finalmente, relacionado aos processos de homogeneização e de fragmentação, o espaço é hierarquizado, distinguido entre pontos que se multiplicam entre “espaços nobres e vulgares”, espaços residenciais de elite, espaços de classes médias, espaços favelizados, “o que produz uma série de guetos que, longe de se justaporem, hierarquizam-se no espaço social como consequência da hierarquia social e econômica” (Op. Cit.).

Ainda no intuito de esclarecer, uma questão importante aflora, a saber: tão importante quanto considerar as três características que balizam o espaço mercadoria no interior da reprodução do capital, é pensá-las de forma conjunta, relacional.

Para isso, faz-se uso da ideia de conjunção – disjunção encontrada em Marx ao analisar os elementos da sociedade burguesa a partir da “fórmula trinitária” (LEFEBVRE, 2008). Lefebvre (2008, p. 51) a expõe da seguinte maneira:

há, na sociedade em ato, ou seja, na produção e na reprodução das relações: a) o capital e o lucro do empreendedor, isto é, da burguesia; b) a propriedade do solo, com as rendas múltiplas: do subsolo, da água, do solo edificado etc.; c) o trabalho, como o salário destinado à classe operária.

O que nos interessa aqui é desvendar a aparência. O lucro, a renda e o salário num primeiro momento encontram-se separados, como se não houvesse relação alguma entre os elementos. “Cada grupo parece receber uma parte determinada do 'rendimento' global da sociedade (...) é a ilusão da separação numa unidade, a da dominação, do poder econômico e político da burguesia” (Op. Cit.). Nessa perspectiva a disjunção predomina. Porém, cada elemento não existe sem o outro, por exemplo: o capital proveniente de um empreendedor pode ser investido maciçamente, num momento de crise financeira, em capital fixo nalgum ambiente construído, gerando renda ao proprietário do solo, enquanto outra parte proporcionalmente menor é utilizada para o capital variável necessário ao empreendimento, ou seja, o salário dos empregados. A variabilidade das interações são múltiplas, e mais importante: cada elemento só tem sentido em sociedade posta em movimento concreto, isto é, somente se realiza de forma relacional.

Com a exposição desse pressuposto, se intenta aprofundar a compreensão acerca da homogeneização, hierarquização e fragmentação do espaço, especialmente, se considerarmos e incorporarmos a discussão outros preceitos, como o “esquema conjuntivo – disjuntivo” interpenetrado por perspectivas concretas e abstratas simultaneamente.

O disjuntivo-dissociativo, presente em matéria e na mente, no espaço e em ideologia, configura-se como abstrato-concreto na medida em que seu fundamento é ilusório, falacioso e incoerente com a dinâmica real conjuntiva. Complementarmente e em contradição com essa condição, ele também é concreto pois é através e na sociedade que a abstração da homogeneização, da hierarquização e da fragmentação se sustenta, baseada em relações capitalistas desenvolvidas geograficamente desiguais, cuja abrangência atinge múltiplas dimensões e escalas. O conjuntivo-associativo, por sua vez, vincula-se à relação concreto-abstrato, ou seja, é concreto porque a realidade tem como pressuposto o aspecto conjuntivo, sendo este seu ponto de partida e de chegada. Porém, tal concepção é dilacerada, mascarada e reapropriada pela forma abstrata dominante

com força suficiente para “quebrar a totalidade concreta” ao mercadificá-la, embora a mantenha numa unidade, “a do poder, na fragmentação” (LEFEBVRE, 2008, p. 49).

3.3

A reprodução do espaço capitalista: em torno da fragmentação, homogeneização e hierarquização da cidade do Rio de Janeiro

Observamos efetivamente tais processos e contradições provenientes da reprodução capitalista, sob o envoltório da competição, tanto na escala da cidade do Rio de Janeiro, na busca de diferenciar-se no contexto mundial dos demais concorrentes, visando mais investimentos e turistas, bem como na escala dos bairros e dos lugares que compõem a referida cidade. A ênfase na mercadificação do espaço, das particularidades e diferenças, das tradições, das materialidades sociais e naturais etc., ou seja, a imposição da troca ao invés do “lado qualitativo do uso”, nos leva à ignorância e à destruição da heterogeneidade imanente a cada lugar, assim como à (re)produção das desigualdades sociais concretizadas pelas segregações espaciais. A existência de bairros ricos e bairros pobres, em uma cidade, nos revela um desigual jogo de forças onde há uma concentração de poder econômico, político, ideológico, simbólico de alguns sujeitos, grupos e classes sociais sobre outros, na prática, é a própria hierarquia social e econômica. Nesse sentido, sendo uma dimensão social, o espaço é influenciado e influencia as demais dimensões ao se tornar um produto e um produtor objetivando concretamente as (inter) ações sociais.

Através desse princípio inato ao espaço da cidade capitalista entrelaçado ao desigual jogo de forças, evidenciamos, simultaneamente à concentração, o processo de segregação espacial tanto por parte daqueles que detém o poder, como uma forma de auto-segregação com o objetivo de se proteger dos problemas sociais urbanos cada vez mais intensos – condomínios fechados –, quanto por parte daqueles que são subjugados por esse poder, e assim são obrigados explícita e/ou implicitamente a se localizarem em áreas periféricas como modo de sobreviver – bairros suburbanos e favelas –. No caso do Rio de Janeiro, embora as favelas em sua maioria estejam espalhadas pelo território da cidade, algumas se localizam nos interstícios dos bairros mais abastados, em áreas planas ou nas encostas de morros. Por que esse fato nos parece ser importante? Porque dá visibilidade e amplificação ao processo de segregação enquanto uma contradição

do espaço citadino na medida em que, além de ser um resultado e resultante das relações sociais geograficamente desiguais, a segregação desmascara a essência de um urbano e de um espaço (homogeneizado, fragmentado e hierarquizado) sob os ditames capitalistas através das próprias contradições. É o induzido que é revelado mais nitidamente pelos objetos geográficos justapostos no espaço, mas também desvela o indutor que permeia o induzido, ou seja, a urbanização total, a generalização da troca, as contradições do/no espaço.

Segundo Lefebvre (2004a), a separação e a segregação citadas e exemplificadas nas favelas e nos condomínios auto-segregados rompem a relação, “constituem, por si sós, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade” (p. 124). Nesse sentido, o autor (2008, p. 86) ainda argumenta que a “segregação [a constituição de espaços periféricos e pobres persistindo a reprodução das relações de produção] constitui uma negação teórica e prática do urbano, mas, enquanto tal, ela o revela”. Dessa forma, a contradição é revelada ao ter a urbanização da sociedade acompanhada de uma deterioração da vida urbana, ou seja, “a explosão dos centros, a partir de então privados de vida social, pessoas segregativamente repartidas no espaço” (...) “dissociados uns dos outros e reagrupados por decisão política no seio de um espaço homogêneo” (LEFEBVRE, 2008, p. 149-88).

A imbricação entre as múltiplas problemáticas urbanas contraditórias (violência, desigualdades, deterioração da vida urbana, a mercadificação do espaço e da natureza etc.) resultam numa problemática essencial: a produção de espaços segregados, representados por favelas e por condomínios auto-segregados. Estes são direta e indiretamente balizados pelo Estado e por empresas imobiliárias e profundamente associados à prática e à ideologia do urbanismo, no qual há uma clara sobredeterminação do valor de troca. É assim que o consumo do espaço ultrapassa a ideia de espaço de consumo, embora ainda em cognata imbricação. Da mesma forma que as contradições *no* espaço passam também a ser contradições *do* espaço, cujo cerne está na simultaneidade da concentração e centralização e da segregação multiforme generalizada, ou seja, na implosão-explosão. O que nos interessa é olhar a produção espacial da cidade, através de tal conteúdo urbano, enquanto produto e condição, fruto de múltiplas tensões entrelaçadas pelos ditames capitalistas. Uma via possível é olhar a segregação

citadina enquanto um produto e condição do consumo do espaço e do espaço de consumo.

3.4

Contradições do espaço mercadoria: o exemplo do processo de segregação carioca

Cabe, então, destacarmos uma questão peremptória que encaminhará a presente discussão. Além de trabalharmos a cidade e a sociedade urbana de maneira integrada, faz-se necessário agregar à análise as (inter) ações e intencionalidades sociais no espaço, vivenciadas mais nítida e completamente no cotidiano. Aqui reencontramos no e pelo espaço da cidade o urbano indissociável ao cotidiano, sendo a um só tempo produtos e produtores das práticas espaciais. Um exemplo factível: a organização espacial urbana desigual não é encontrada apenas no Rio de Janeiro, inúmeras cidades pelo mundo manifestam essa peculiaridade na sua configuração espacial. No entanto, o que a torna única é o que está por trás das formas e lhe dá um conteúdo social: as (inter)ações entre os sujeitos, grupos e classes sociais imbuídos de intencionalidades que se desenvolvem na cidade e entre cidades ao redor do mundo, perpassando escalas que vão desde a corporeidade vivenciada no lugar aos processos multifacetados globais.

No que tange as intencionalidades das empresas imobiliárias, para se realizarem inexoravelmente devem levar em conta a realidade histórico-geográfica local no intento de maximizar o lucro, mais especificamente as condições materiais (infraestrutura oferecida e serviços diversos, carência urbana de habitação etc.) e imateriais (ideologias urbanísticas envolvendo necessidades e vontades, estética paisagística em muito ligada a uma natureza artificial, sensação de segurança, status, ideal de consumo de lazer e de moradia, naturalização inquestionável da sobredeterminação do valor de troca e da propriedade privada etc.). Portanto, o consumo do espaço direciona a ação a transformar o local, mas tendendo a se adaptar para ser exitosa. Escrevemos isso ao pensarmos nos condomínios “fechados” ou auto-segregados, estando em sua maioria localizados em bairros elitizados, embora também sejam encontrados cada vez mais em bairros da cidade em plena expansão onde se concentram uma população pobre e de classe média e em municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Um olhar mais detido em torno das condições imateriais demonstra que elas produzem e condicionam as ações através, por exemplo, da ideologia disseminada no cotidiano da vida urbana. Tal ideologia, entrelaçada a discursos, ao vivido, ao simbólico, tende a se tornar força motriz para qualquer sentido que as ações sociais tomam, inclusive no modo de interpretar processos sociais e espaciais. Para Lefebvre (2008, p. 52), o caráter disjuntivo da sociedade burguesa possui uma ideologia que é o “de aceitar a dissociação e considerá-la real. Abandona-se, assim, a unidade concreta que constitui a sociedade burguesa e aceita-se a ilusão que ela coloca em seu lugar”. Nesse sentido, a homogeneização, a hierarquização e a fragmentação vistas conjuntiva e disjuntivamente no espaço são aparentes, pois dissocia elementos inerentemente ligados concretamente e, ao mesmo tempo, são reais, já que a separação, a segregação estão presentes em ilusão (ideologia), nas práticas e nas materialidades do espaço.

O urbanismo, criticado por Lefebvre (2004b), é permeado por ideologias que, sob um pretenso cientificismo-técnico, escamoteiam as verdadeiras intenções e relações de dominação e exploração provenientes de alguns sujeitos, grupos e classes sociais numa sociedade capitalista, como por exemplo, ter como fim e meio, a predominância da troca pela troca em quase todos os momentos da vida urbana, dando-lhe, assim, um aspecto banal, equivalente a uma lei natural inquestionável (GOLDMANN, 1977). A naturalização e a banalização de ações e discursos, muitas vezes em contradição com concepções, práticas e interesses de sujeitos, grupos e classes sociais subjugados, embora nunca de maneira total em razão das imprevisibilidades criativas das ações, das subjetividades e das corporeidades, ocorre em toda sociedade urbana capitalista, mas de modo diferencial, ou seja, a intensidade e a forma pela qual há a disseminação da ideologia (alienação) depende diretamente do contexto histórico-geográfico particular encontrado em cada cidade e em cada lugar da mesma. O discurso/ideologia, assim, somente adquire sentido ao ser produzido e ao ser condicionado no real, exatamente por ser este seu ponto de partida e seu ponto de chegada. Na cidade do Rio de Janeiro, o discurso associado à favela é, na maioria das vezes, relacionado à violência, à pobreza, aos caos, à desordem e, mais recentemente, a um espaço turístico, enquanto o discurso ligado aos condomínios auto-segregados é relacionado à (sensação de) segurança, ao status, à ordem, a uma melhor qualidade de vida e ao desejo de desfrutar o que há de ‘bom’ na cidade e ao

mesmo tempo evitar os inconvenientes gerados por ela⁹. O primeiro é visto como um problema urbano mais sério a ser resolvido pelo Estado e o segundo é visto como uma forma de fugir dos problemas urbanos mas de modo ainda ter acesso as benesses do urbano. Ambas as segregações espaciais são, na verdade, problemáticas urbanas da cidade reunidas contraditoriamente na cidade e postas em movimento por (inter) ações sociais dos sujeitos mediadas pela cidade.

Ao fazermos essas arguições, estamos incluindo o papel do Estado em propiciar teoricamente as condições materiais e imateriais para a convivência em sociedade (urbana) igualmente para todos, segundo os princípios formulados na própria Constituição Brasileira de 1988. Contudo, na prática corrobora para a desigual organização espacial da cidade, já que suas ações e intenções são imbricadas à setores econômicos capitalistas e à sujeitos, grupos e classes sociais determinados e determinantes, cuja visão de espaço reduz-se a um instrumento (fundamental e preciso) de poder e de controle, com o objetivo de perpetuar o *status quo* político e econômico.

Nesse sentido de perpetuação do *status quo*, as práticas de auto-segregação, seja em qual for o bairro, realizam-se através de investimentos especificamente localizados abrangendo no máximo o entorno imediato do empreendimento. Portanto, não contempla o bairro como um todo, nem é pensado na transformação no conjunto da cidade, embora o empreendimento em muitos casos seja concretizado mediante ao apoio do Estado através de subsídios, construção e manutenção de infraestrutura e serviços públicos etc. A segregação uma vez induzida e produzida pelo consumo do espaço, propiciando a disseminação e consolidação de espaços de consumo, contribui para reproduzir essa mesma ordem vigente. “Todas as condições [repressão (coações, inclusive a violência) e persuasão (ideologia, publicidade)] se reúnem assim para que exista um dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço (LEFEBVRE, 2004b, p. 26).

⁹Sobre isso, Padovani (2003) salienta que “as grandes metrópoles se tornam para a classe média e média alta lugar de passagem, em consequência da deterioração das condições ambientais, sociais, culturais, aumento da violência, entre outros aspectos. Elas compartilham a necessidade de viver nas cidades, de estar incluídos na movimentação urbana, ao mesmo tempo, que querem evitar os inconvenientes gerados por ela” (p. 177).

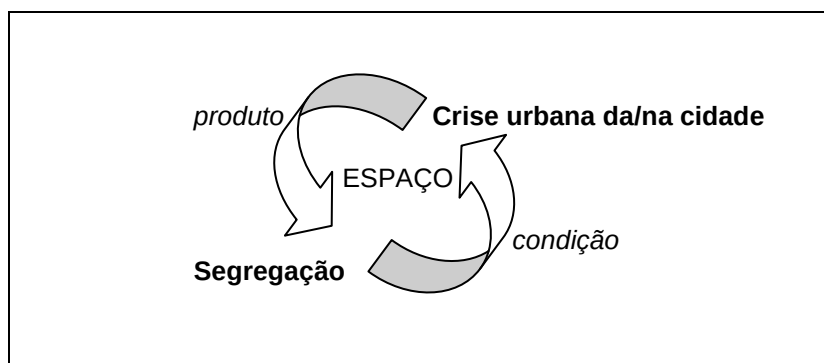
Até mesmo as favelas, espaços historicamente de segregação, produtos e produtores da deterioração e crise urbana, são agora também transformadas em espaço de consumo de caráter turístico, tendo em vista o modo de viver (sobreviver), a sua morfologia caótica que desperta curiosidade, as belezas naturais da cidade vistas do alto dos morros. Evidentemente que não são todas as favelas que atribuem essa condição de mercadoria ao seu espaço de vivência cotidiana, mas podemos considerar dois fatores em comum atualmente: localizam-se principalmente na zona sul do Rio de Janeiro ¹⁰ e são ocupadas pelas UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras)¹¹. A favela é, assim, condicionada a determinadas práticas externas (mas mediante apoio interno) sobretudo turísticas de valorização da troca sobre o uso – transformando o que é obra em produto –, e ao mesmo tempo condiciona o consumo do espaço em sua realização a partir de um “novo mercado” que pressupõe em princípio a aceitação e/ou participação dos sujeitos, grupos e classes sociais locais.

Em última análise, o que nos é importante por meio dessas questões levantadas? O fato de que a própria segregação surgida no imbróglio da crise urbana da cidade, cuja deterioração transcende as condições materiais e imateriais e destrói as reais necessidades materiais e imateriais paulatinamente, torna-se contraditoriamente uma prática que visa fugir desse real que a criou; inclusive, perpetuando-se, de certo modo, como uma forma de reprodução para a (da) existência do real. E o que ainda é mais contraditório: retroalimenta a própria crise desse real expressa na cidade e na vida urbana (Figura 2).

¹⁰ Região da cidade considerada de classe alta, por concentrar a elite econômica e política da sociedade carioca.

¹¹ Política implementada pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, sob a vigência do governo Sérgio Cabral (2006-2013), na qual se baseia na ocupação permanente (ao menos até o momento) das comunidades pela polícia militar. Atualmente, são 33 UPPs instaladas em diversas comunidades da cidade do Rio de Janeiro, com previsão de instalação de 40 unidades, até 2014. Embora objetive estabelecer uma maior (sensação de) segurança nas comunidades e no entorno e possibilitar (finalmente?) melhorias na qualidade de vida da população local proporcionadas pela esfera pública, ainda enfrenta inúmeros desafios e problemas para a sua consolidação efetiva.

Figura 2 – Representação da retroalimentação entre crise urbana da/na cidade e o processo de segregação através do espaço



Fonte: Santana, 2012

Assim, nos é revelado que a cidade busca incessantemente se organizar em uma ordem e, ao mesmo tempo, tende sempre a se destruir, a se desorganizar¹². E nessa perspectiva a cidade está continuamente a se refazer, manifestando a própria totalidade em movimento espiral aberto.

3.5

A onipresença do poder do capital: um labirinto de alienações

Ainda no intuito de se compreender esse imbróglio e trazer novos elementos à análise, a figura de um labirinto, proposto por Hiernaux (2006), expressa com exatidão a organização do espaço urbano da cidade contemporânea. Uma exatidão um tanto quanto caótica, pois se alicerça não somente na materialidade palpável e observável, mas também em tudo o que dá sentido ao labirinto: um conteúdo às materialidades e às imaterialidades. É notório que a morfologia urbana, sobretudo das cidades, se ampliou assustadoramente em termos quantitativos e em termos qualitativos. Uma quantidade impressionante de objetos se expandiu por todo o espaço urbano e rural, sendo o fundamental nesse processo a intensificação das interações entre os objetos através das (inter)ações sociais de uma forma nunca antes vista. De acordo com a perspectiva de Santos (2006), tais objetos (técnicos) difundidos globalmente carregam temporalidades distintas e diversas (de gênese, de evolução, de obsolescência) que coexistem entre si, e são postos em movimento permanente no espaço, ao reunir singularmente em um determinado lugar, características quantitativas e qualitativas únicas, que não se repetem em nenhum outro ponto do planeta.

¹² Tal dinâmica é encontrada em Morin (2002) ao trabalhar através do pensamento complexo o princípio de organização que de certo modo “produz entropia (isto é, a degradação do sistema e sua própria degradação) e, ao mesmo tempo, neguentropia (a regeneração do sistema e sua própria regeneração)” (p. 266).

Ao mesmo tempo que o processo de globalização sob os ditames capitalistas nos leva a considerar a sociedade urbana como um todo, um labirinto (muitas vezes aparentemente sem saída), também nos leva a perceber um desdobramento aberto pelo próprio labirinto em cada lugar, em cada e por todo cotidiano. Assim, a cidade, mais uma vez, assume um papel de mediação, uma mediação entre as mediações. Enquanto um labirinto, a cidade é constituída por inúmeros labirintos presentes no cotidiano, assim como, faz parte de um labirinto maior, a sociedade urbana capitalista.

O que permite essa existência múltipla e única do labirinto que permeia e atravessa cada cidade no mundo é o fato de que ele não se reduz apenas às materialidades. Hiernaux (2006) argumenta que a figura do labirinto envolve aspectos físicos e aspectos mentais. Isso significa dizer que a sua concretude está diretamente implicada à forma pela qual é concebido, percebido e vivido por cada sujeito socialmente. A partir daí, realizamos um duplo processo na medida em que tanto interiorizamos as experiências ligadas ao labirinto exterior (objetivo) quanto exteriorizamos os labirintos imagéticos em nosso interior (subjetivo). Tal movimento de introjeção e projeção não cessa mas pode ser reorientado pela ideologia dominante de cada época. A ideologia capitalista se manifesta, nesse sentido, num labirinto de alienações sem saídas aparentes.

Mediante a essa compreensão, o labirinto se expande até as mentes de todos nós, se fortalece ao estabelecer-se como resposta única e inquestionável. No entanto, a expansão contínua só se completa ao ser retroalimentada por práticas alienantes e alienadas em meio às condições reais e objetivas vivenciadas cotidianamente no espaço urbano das cidades. É assim que o corpo e a mente são cooptados e coagidos por práticas e ideologias capitalistas. São nesses moldes que o capitalismo procura criar o espaço a sua (falsa) imagem e semelhança: neutro, estável, produto, previsível etc.

A complexidade do capitalismo está na busca de simplificar o complexo. Ao fazê-lo, alcançando ou não seus objetivos reducionistas em escala global de equivaler tudo a troca, complexifica a si próprio e transforma a complexa realidade, ao mesmo tempo em que perpetua sua lógica. “Toda conquista da redução se faz, na realidade, ao preço de uma nova complexificação” (MORIN, 2005, p. 106). Contudo, considerar o labirinto citadino produzido pelo capital como expressão apenas da ordem física, mental e social estabelecida é um

equivoco pois há também todo tipo de desordem, caos e incertezas. Por essa via de análise, Morin (2005, p. 109) assevera que “quanto mais é complexo, mais é diverso, mais há interações, mais há acasos, ou seja, a mais alta complexidade desemboca finalmente na desintegração”. A cidade de conteúdo urbano reúne em seu âmago contraditoriamente a busca pela ordem por parte do Estado e de determinados sujeitos, grupos e classes sociais e a tentativa incapaz de eliminar, ignorar ou “domesticar” o caos criado pela própria busca pela ordem. Não obstante, “nem o capitalismo nem o Estado podem manter o caótico e contraditório espaço que eles mesmos produziram” (LEFEBVRE, 1993, p. 52 apud MAGELA COSTA, 2003, p. 12). A intensificação das interações sob este contexto possibilita apreender que a cidade é produzida continuamente porque tende a desintegrar-se a todo instante, através, por exemplo, das múltiplas segregações das classes ricas às classes mais pobres que fragmentam e hierarquizam o tecido espacial urbano, gerando uma gama enorme de conflitos, disputas e insatisfações no/ por espaço face aos princípios capitalistas.

Ocorre também a luta contra a desintegração da ordem e manutenção do *status quo*. Mediada especificamente pelo cotidiano, ela possui um componente essencial e necessário que une as dimensões físicas, mentais e sociais no labirinto da cidade: o poder. Isto é, a força pela qual alguns sujeitos, grupos e classes sociais hegemônicos e o Estado exercem um domínio capaz, por exemplo, de despedaçar e pulverizar o espaço e simultaneamente uni-lo e controlá-lo. O poder de manter as relações de dependência e de exploração é na prática e na teoria a sua demonstração de onipresença, está por todo lado do espaço, permeia os objetos e signos (e de maneira mais ampla as representações), além de estender seu domínio até ao interior de cada sujeito por meio de coações e fantasias (LEFEBVRE, 1977).

Sob a determinação capitalista do poder no âmbito da sociedade, a própria subjetividade do ser, por se tratar de uma construção coletiva, é capaz de ser moldada, assim como, as ações de sua corporeidade, tornando-o acrítico em relação às condições sociais impostas, complacente ao discurso oficial, conformado ao *status quo* instituído e “passivo no que tange à definição de intencionalidades” oriundas de ações, agindo mais por uma necessidade diária de sobrevivência do que por uma meta em ideia e na prática constituída

conscientemente. Deixa¹³ de se definir, ou melhor, deixa a oportunidade de se definir passar, para ser redefinido por outro vinculado de forma direta à reprodução do capital, comportando ações e intencionalidades distantes a existência imediata do ser.

Diante da multidimensionalidade e multiescalaridade do poder, Lefebvre (1977) acrescenta que o poder ocupa o espaço que gera na medida em que o homogeneiza e o fragmenta, redefinindo o espaço social ao seu jugo, cujo solo mais imediato, sobre o qual se originam as grandes arquiteturas da política e da sociedade, é o cotidiano, onde o concreto se torna abstrato e a abstração é concreta. É assim que o poder deforma o labirinto no intento de esmagar o vivido: o cotidiano é condicionado ao consumo programado, o urbano é espedaçado e a diferença é homogeneizada.

De maneira mais bem detalhada, a geógrafa Carlos (2011) identifica a amplitude do poder (de reprodução do capital), bem como as consequências trágicas a vida cotidiana, da seguinte forma:

A acumulação tende a produzir uma racionalidade homogeneizante, inerente ao processo que se realiza produzindo não só objetos/mercadorias, mas também a divisão e organização do trabalho, modelos de comportamento e valores e representações que induzem ao consumo, revelando-se norteadores da vida cotidiana. Desse modo, a vida cotidiana se apresenta tendencialmente invadida por um sistema regulador em todos os níveis, concretizada no espaço como norma – ditos interditos – que formaliza e fixa as relações sociais reduzindo-as a formas abstratas, autonomizando as esferas da vida e, como consequência, dissipando a consciência espacial (p. 65).

Mediante a magnitude do poder, retornamos ao Hiernaux (2006, p. 200), quando escreve que a interpretação a respeito da cidade, “tanto pelo habitante como pelo analista, requer um andar labiríntico: a complexidade se aninha na cidade e a transforma em um tecido de caminhos mentais e físicos que obriga os vai-vem, retrocessos, avanços e raras vezes, a chegada a uma saída evidente”. Posto isso, o labirinto citadino emerge também como base para o enfrentamento de questões na sociedade contemporânea, dentre as quais as contradições espaciais. Quanto ao andar labiríntico denota compreender o espaço dominado e

¹³ O uso do verbo ‘deixar’ é posto propositalmente a fim de ressaltar o inverso: o sujeito é impelido e condicionado às condições determinadas, desde o momento em que nasce. Sobre estas determinações não se têm escolha, todavia, ainda sim pode ter a escolha de enfrentar essa submissão, sobretudo, de maneira consciente.

transformado pelo capitalismo e apreendê-lo sob uma nova ordem, nas palavras de Gottdiener (1997, p. 132).

O espaço social já está socializado, mas a atual dominação do espaço abstrato esconde esse fato. Precisamos extinguir o sistema de relações de propriedade e formas institucionais de regular o espaço que produz a dominação dele tanto na política quanto economicamente, e precisamos substituir tais relações por relações sociais libertárias que favoreçam a capacidade de apropriar o espaço para usos sociais libertários.

Ao longo do trabalho, em diferentes momentos, ainda discutiremos ideias e práticas que caminham em direção a apropriação do espaço num sentido libertário. Por enquanto, intentamos demonstrar o contexto labiríntico sobre o qual a cidade e seu cotidiano e o sujeito podem ser pensados a partir do poder hegemônico do capital, que provoca e produz ilusões capazes de nos fazer perder nos meandros físicos, mentais e sociais do labirinto.

3.6

A força das alienações física, mental e social do sujeito total no cotidiano citadino

O poder hegemônico para se realizar em sociedade encontra-se necessariamente vinculado a uma ideologia dominante; é mediante a tal conjugação que a existência (concreta abstrata) da alienação é possibilitada no cotidiano, assim como as condições de sua reprodução, cuja finalidade mais profunda e oculta se configura na perpetuação da ideologia e na reprodução do poder. Posto isso, o sujeito que vive, sobretudo, na cidade acaba por vivenciá-la sob um conjunto de determinações: se depara, intimida-se, se constrange, aceita, internaliza, não questiona, externaliza, pratica, (não) concebe, (não) percebe, se isola, se fecha, se enfraquece, se perde, reproduz a ideologia, enfim, se aliena, e tende a consolidar o poder¹⁴.

O cotidiano do espaço urbano da cidade vai muito além da concepção pobre de palco de trivialidades, de mera rotina, o que poderia levar perigosamente ao conformismo, acomodação e imobilismo. De modo contrário e crítico,

¹⁴ Antes de se passar à análise propriamente dita, um breve esclarecimento se faz necessário: a forma discursiva utilizada neste subcapítulo se difere daquela adotada durante todo o trabalho, pois aqui se opta pelo uso de aforismos inter-relacionados, cujo intuito é o de demonstrar e enfatizar melhor algumas questões e desdobramentos em torno do processo de alienação.

vislumbra-se nele certa tendência a naturalização e banalização de determinadas condições impostas ao sujeito, de tal modo que a cada momento imediato, intermediado pelo espaço-tempo, as dimensões do ser são atravessadas e conformadas por forças alienantes/ alienadas: as subjetividades são induzidas, a corporeidade controlada e as ações limitadas em amplitude e profundidade.

Em outros termos, semelhante ao que ocorre com o espaço, as ações se hierarquizam, as subjetividades se homogeneízam e as corporeidades se fragmentam. Uma separação de cunho apenas analítico, pois as tríades se complementam, embora haja em cada dimensão do ser a sobredeterminação de um processo, visto que os outros também estão presentes e participam da realização da alienação. a) Há a hierarquização em função do desigual poder de decisão que as ações assumem de acordo com *quem* as produz, se o sujeito que sujeita ou o sujeito em sujeição, e a partir de *quando* e *onde* as projeta, entre a ordem distante e a ordem próxima em tensão, especificamente distinguida por escalas de comando estranhas e por escalas de realização cotidiana ligada a rotina. b) As subjetividades se homogeneízam, se perdem em ideologias, discursos e práticas sobre a realidade, condições histórico-geográficas impostas por gerações em prol da sujeição no concreto de intencionalidades e racionalidades abstratas, aceitas como verdades absolutas e induzidas como reais. c) A corporeidade, por conseguinte, se fragmenta; não o corpo, mas a vivência corpórea em sociedade; enquanto extensão do espaço produzido mediante a determinada intencionalidade perfaz-se como capital “estratégia de acumulação” que reproduz as relações sociais de produção capitalistas. Para perpetuação deste fim (meio), a corporeidade é controlada, ou seja, as interações corpóreas entre o sujeito e o *outro* são fragmentadas; relações sociais são espedaçadas e intencionalmente desarticuladas; “multidões de solitários” se proliferam baseadas em relações abstratas de troca, sendo, no entanto, contraditoriamente “reunidas pelo poder”.

Em síntese inicial, o poder alienante/ alienado compreende imbricações sociais (abstrato) concretas que se desdobram em ideologias e representações como forma de introjetar no sujeito, em sua subjetividade, ideias, coações, medos e discursos induzidos com o fito de reorientar e moldar as ações e a vivência corpórea, o que, por sua vez, condiciona as materialidades e práticas produzidas e a própria produção social do espaço.

As relações de poder para existir e se estabelecer necessita do outro, o dominado, pois é sobre o outro que quem detém o poder o exerce para controlar, dominar e dividir. Talvez seja por isso que muitos sujeitos se sintam isolados, divididos (competindo entre si), ao lutar uns contra outros e considerar o outro como mero inimigo, independentemente de quem seja e em qual situação política, econômica e social esteja, inclusive o *outro* alienado; não distinguindo assim, o outro que proporciona a alienação – ainda que seja também alienado – do *outro* que sofre mais intensamente os efeitos multifacetados da alienação. Segundo o filósofo Leandro Konder (2009), a divisão do trabalho nos moldes capitalista é crucial para tal situação, pois a

divisão da sociedade em classes repercute em cada indivíduo. Já não é mais razoável esperar que cada indivíduo veja realmente no próximo um seu semelhante, isto é, um indivíduo potencialmente igual a ele, porque, com a diferenciação das condições sociais e a pertinência a diferentes classes, a semelhança entre os indivíduos sofre um esvaziamento de sentido (p. 64-65).

Nesse contexto elucidado, é impossibilitada a percepção de enxergar-se e enxergar o *outro* enquanto partes de um todo, a ligação que conecta ambos, a conexão que (re) existe entre ambos: as mesmas condições histórico-geográficas que os determina e os transforma. O elo fundamentalmente sociopolítico, embora não somente, é alienado intencionalmente no interior da “cotidianidade programada” através de práticas, ideias e vivências moldadas e (de) limitadas, no intuito de encobrir sua existência efetiva bem como seu potencial transformador, sobretudo ao segregar os sujeitos no espaço de forma física, mental e social.

Alem disso, diante da cegueira profunda e em razão das condições deletérias as quais estão submetidos, tanto o sujeito quanto o *outro* que o completa e o contradiz, muitas vezes acabam lutando e defendendo o sistema que os aliena, em alguns casos sem tomar consciência disso, enquanto em outros com determinada consciência e intenção no que tange as ações realizadas. Por conseguinte, tende a reproduzir as alienações, de alienado torna-se também alienante em certo sentido, seja pelo nível de conformação alienado, seja pela amplitude e capacidade de participação no processo alienante. Em outras palavras com a mesma ideia, é o ensinamento que Morfeu dá a Neo em relação a Matrix, cujo sistema de dominação e alienação, mesmo que num grau de subconsciência

da consciência, atinge todas as pessoas, impelindo-as a protegê-lo a qualquer custo:

A Matrix é um sistema, Neo. Esse sistema é nosso inimigo. Mas, quando estamos dentro dele, o que vemos? Homens de negócio, professores, advogados, marceneiros... as mesmas pessoas que queremos salvar. Mas até conseguirmos, essas pessoas fazem parte desse sistema (...) Você precisa entender que a maior parte dessas pessoas não está pronta para acordar. E muitas estão tão inertes, tão dependentes do sistema, que vão lutar para protegê-lo¹⁵.

Em suma, o âmago da alienação do sujeito está no fato de crer, enquanto realidade única e verdadeira, nas alienações e supressões as quais está submetido historicamente.

A alienação cerceia o sujeito, a totalidade que é e na qual vive: a) desconhece a potencialidade que é e o poder intrínseco de criar ao se reconhecer como potencialidade insurgente; b) desconhece o papel que depreende na cidade, para a cidade e pela cidade.

A alienação cega o sujeito de sua condição total e insurgente, não se enxerga e não enxerga o contexto no qual vive, percebe e concebe o seu cotidiano, e, conseqüentemente, interferindo na maneira pela qual se apropria e compreende o *espaço*. Não o apreende enquanto instrumento de poder, apenas o aceita como se apresenta em sua rotina diária. Se o compreende como instrumento impregnado de intencionalidades outras que não as suas que conformam e manipulam suas ações, ainda não o identifica como meio de alienação. Se o constata como um meio, cujo acontecer espacial determinado é determinante, não atenta para o fato de que esse condicionante, sob os contornos alienantes, determina o seu modo de apropriar o espaço, assim como, a leitura limitada que se faz dele, qual seja: ao não percebê-lo enquanto um produto social instrumentalizado, a não ser somente como algo dado, privado e naturalizado; tratando-se de uma nítida representação da “contradição fundante da produção espacial (produção social/apropriação privada)” (CARLOS, 2011, p. 65). Há, dessa forma, diferentes níveis de alienação que o sujeito está sujeito, todos entrelaçados e realçados dependendo do âmbito e dos processos sociais envolvidos, na medida em que tende a reproduzir e

¹⁵ Tanto as personagens fictícias mencionadas quanto o trecho citado foram retirados do filme Matrix.

intensificar no cotidiano tal imbróglio – vórtice de alienações criadas com o propósito de consolidar o *status quo* e a reprodução do capital.

Para realização desse fim (enquanto um meio), o espaço é fundamental, pois “traz em si a dominação” (FERREIRA, 2012), através da justaposição de formas e da sobreposição de conteúdos, imaterialidades e intencionalidades, que impregnam as formas no processo capitalista de produção espacial. É nesse contexto, por exemplo, que a segregação aludida, fundamentada na propriedade (apropriação) privada, determina as possibilidades de uso dos lugares da cidade (FERREIRA, 2012), na medida em que há a dominação de uma classe e de sujeitos privilegiados que personificam e representam, ainda que haja conflitos entre os mesmos, determinado modo de produção e relações sociais de produção vigentes, sem os quais a dominação e a propriedade privada perderiam o sentido de existir como conhecemos atualmente. Além disso, ao condicionar o uso revela os conflitos e as oportunidades que permeiam o cotidiano da cidade, posto que a dominação se realiza em tensão com a apropriação, delimitando e limitando a pluralidade de apropriações possíveis, inclusive, abrangendo outros fins que não sejam somente à troca.

Todavia, o cotidiano, ainda sim, tende a uma reprodução alienante que retroalimenta e atravessa as concepções alienadas do ser, suas dimensões e mediações. Compreendendo melhor: as mediações produzidas e apropriadas pelo sujeito tornam-se vias para a sua própria alienação, uma criação individual e coletiva que pode aprisioná-lo e dilacerá-lo, sem disso ter qualquer consciência; uma prisão sem muros concretos, mas que em concretude permeia e cerceia sua condição de totalidade, estilhaçando sua mente e corpo mediante as ações condicionadas. Tal perspectiva, diz respeito ao âmago do conceito de alienação elaborado por Marx, “para o qual aquilo que é criação do homem se afasta (aliena) dele, torna-se estranho, volta-se contra ele” (KONDER, 2009, p. 40). Em consonância e de um ponto de vista mais concreto, Lefebvre (1955) argumenta que o “homem, produtor de si mesmo através de sua história, realiza-se apenas em objetivos e ‘produtos’ (obras materiais e ‘espirituais’). Mas ao mesmo tempo, ele é escravo de certas obras, momentaneamente, no decorrer da história. Está aí sua alienação” (p. 27).

O espaço citadino nesses moldes limita o sujeito, além de cegá-lo; e por estar cegado, é impedido de ver o que o cega, o cegante, isto é, aquilo e quem

aliena. Logo, sua subjetividade se perde em abstrações, sua corporeidade é moldada (“programada”) ao mimetismo, suas ações baseadas em intenções distantes e sua potência enquanto totalidade insurgente é tolhida, embora nunca completamente.

No entanto, justamente por ser um *processo* em permanente construção, o sujeito que está sujeito a alienação, ao mesmo tempo, a cada instante imediato do movimento de concretização, também é capaz de superá-la em diferentes circunstâncias, desde um gesto fora da rotina, um pensamento que discorde do discurso oficial, um comportamento que distoe da conformidade generalizada até uma ação organizada e a maturação de um projeto alternativo.

É nesse sentido que a luta pelo e por espaço transcorre: uma luta por poder, uma tensão entre sujeitos, grupos e classes sociais e instituições privadas e públicas; uma luta pelo poder contra a subjugação física, mental e social que assola o sujeito no cotidiano; uma luta por parte dos sujeitos dominados de poder produzir o espaço a partir dos seus desejos, necessidades e reivindicações, cuja rica vivência, apesar de sucumbida à alienação, encontra criativamente meios de superação a cada desafio enfrentado no processo de sobrevivência, ou seja, diz respeito a exigência do sujeito de criar sua própria história e geografia, já que determinações limitam a sua maneira de (se) produzir no espaço-tempo. Trata-se, então, de tomar as rédeas dessa criação existencial ante a onipresença do poder, mesmo que isso signifique viver e lutar à revelia do poder, apesar do poder e contra o poder¹⁶.

Em última análise, a cidade, o espaço e o sujeito (insurgente) vistos enquanto totalidades nos convence que a realidade é complexa, ainda que seja permeada por certas concepções e práticas dominantes limitadas e limitantes, alienadas e alienantes, destrutivas e autodestrutivas. Tais limitações concretas, objetiva e subjetivamente, podem ser capazes de dissimular e, mesmo, destruir o real, ao fragmentá-lo e ao hierarquizá-lo globalmente. Porém, são incapazes de destituí-lo de sua qualidade existencial: *ser* uma totalidade.

¹⁶ Parafraseando as palavras e a ideia de Souza (2006) a respeito do Estado em prol de uma prática e perspectiva autonomista: “à revelia do Estado, apesar do Estado e contra o Estado” (p. 273).